



# Anais da Assembléia

Nº 174

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado NELSON GARCIA
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Su- plentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 10: João Preis - Nilton Ro- berto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Su- plentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** – 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Su- plentes:** Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** – 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregone- se - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Su- plentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** – 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Su- plentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Su- plentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pe- rides de H. Mello; **PL** – 01: José Colombino Grassano; **Su- plentes:** Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; **SEM PARTIDO** – 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões, **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quinta- na - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação So- cial; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ormário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado. (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 124.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 08 DE DEZEMBRO DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Geraldo Cartório, secretariada pelos Senhores Deputados Eurides Moura e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartório, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademair Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Simões, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, João Preis, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (41). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Élio Rusch, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, José Artur Ritti, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Zuk, Nelson Garcia, Nilton Barbosa e Valderi Mendes Vilela (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartório) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o nº 1040/93, do Senhor Luiz Carlos Delazari - Procurador-Geral de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei que fixa os vencimentos básicos mensais do cargo de Procurador-Geral de Justiça, a partir de 1º de janeiro de 1994. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

Curitiba, quarta, em 08.12.93

REQUERIMENTO Nº 4901

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 616 e 679/93, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 08.12.93.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 4909-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 715/93, de autoria do Poder Executivo, item 3 (três), da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 08.12.93.

(a) TOTI COLAÇO

Apoiamento: Arlindo Troian e Costenaro Neto.

REQUERIMENTO Nº 4878

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 725/93, que altera os Arts. 2º e 4º da Lei Complementar nº 59 de 01/10/91, sobre a repartição de 5% do ICMS aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental.

Sala das Sessões, em 08.12.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

Presidente da Comissão de Fiscalização

REQUERIMENTO Nº 4909-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão total para discussão e votação da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 08.12.93.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 4888

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.12.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 4909

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição do interstício para anunciar o Projeto de Lei Orçamentária de n° 581/93, Mensagem n° 65/93.

Sala das Sessões, em 08.12.93.

(a) RENATO ADUR

Apoio: Nelson Justus.

**Projetos de Resolução:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 028/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica criada, nos termos do disposto no § 4° do Art. 36 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída por 09 (nove) membros, destinada a apurar irregularidades nos gastos com publicidade efetuadas pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

Apoio: Ovídio Constantino, Emília Belinati, Paulo Maia, Doutor Rosinha e uma ilegível.

**JUSTIFICATIVA:**

O Governo do Estado vem incontestemente e até arbitrariamente fazendo publicidade sem o atendimento legal do processo licitatório como já comprovaram inúmeras avaliações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Este quadro de procedimentos do Executivo na área da propaganda já se tornou, inclusive, uma espécie de comportamento político-administrativo natural, tal a licenciosidade e permissividade com que o governo estadual vem agindo neste universo onde estão sendo mobilizados grandes recursos financeiros sem nenhum controle mais adequado do erário público.

Através de uma leitura mais fria e analítica dos fatos, podemos perceber que as irregularidades do Governo Roberto Requião na contratação de empresas de publicidade sem licitação vem transitando por um perigoso clima de manipulação da opinião pública, além de, obviamente valorizar um nefasto quetor de clientelismo político e de democracia publicitária.

Enquanto isso, no campo jurídico, podemos comprovar através de uma série de relatórios do TC sobre as contas do Executivo na área Secretaria da Comunicação So-

cial, que esta administração vem impunemente mergulhando na improbidade administrativa, num rol de ações ilegais já fartamente denunciadas. Eis os fatos:

1. No período de janeiro a outubro de 1992, através da Comunicação Social, o BASTADO contratou serviços de publicidade no montante de mais de 12 bilhões de dólares, sem o devido procedimento licitatório, contrariando dispositivos constitucionais e ignorando decisões do TC que impugnou todos os contratos.

2. Este caso já tramitou nesta Casa e teve sob minha autoria, uma representação contra o Governo junto à Procuradoria Geral de Justiça, onde, apoiando-me em resoluções do TC, considerei o governador passível de estar envolvido em crime de responsabilidade, previsto no art. 88, inciso VI, da Constituição Estadual, por improbidade administrativa.

3. O Ministério Público, após criterioso exame da matéria, concluiu pela competência da Assembléia Legislativa para apreciação e julgamento dos crimes de responsabilidade, razão porque a representação foi encaminhada a este Poder Legislativo.

Senhores Deputados:

Creio que esta Casa encontra-se agora sob um grande e complexo desafio. O Tribunal de Contas constatou inúmeras vezes a ausência de procedimento licitatório na contratação de publicidade pelo governo. O Ministério Público consubstanciou a questão ao nosso melhor juízo daqui para o futuro.

Um futuro onde nosso comportamento político vai ser julgado também pelo povo, no presente envolvido por um forte espectro de reivindicação ética e moralidade das ações do Poder Público.

Creio que há evidências de que aqui no Paraná a lei não vem sendo respeitada. Temos um governador que se julga acima do bem e do mal, acima de qualquer suspeita. Além disso, todo este processo ficou densamente marcado pelas contradições e ambivalências.

Há fortes e inegáveis razões para que possamos abrir neste Legislativo uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar com total transparência, as contas publicitárias do Governo do Estado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 029/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica criada, nos termos do disposto no § 4° do Art. 36 do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída por 09 (nove) membros, destinada a apurar a compra superfaturada de dois he-

licópteros pelo Governo do Estado.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

Apoiamto: Ovídio Constantino, Doutor Rosinha, Emilia Belinati, Paulo Maia e Nami Piacentini.

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado, na tentativa de escamotear a verdade dos fatos, produziu dois relatórios contraditórios sobre as denúncias - com indícios comprobatórios de ter havido superfaturamento na compra de dois helicópteros com recursos do FUNRES-TRAN e FUNRESPOL, sem que ficasse claro a lisura de Comissão de Licitação do processo licitatório para a aquisição dos dois aparelhos.

Inúmeros documentos e depoimentos de autoridades técnicas do setor aeronáutico comprovaram que os trabalhos da referida Comissão de Licitação não justificaram com adequados fundamentos técnicos a necessidade de as Polícias Civil e Militar comprarem estas aeronaves para suas operações.

As versões levantadas sobre o caso, entretanto, não foram consideradas num plano mais sério pelas autoridades do Executivo que participaram tanto da Comissão de Licitação quanto da Comissão que apurou as condições de compra dos aparelhos posteriormente. O caso ganhou inclusive uma Ação Popular através de iniciativa do Delegado Aníbal Bassan Júnior, da Roubos e Furtos e tem inquérito transitando pela Delegacia de Crimes contra a Administração Pública.

Por todos esses indícios de irregularidades, proponho a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito neste Poder Legislativo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 741/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de São Gabriel - AMOSGA, com sede e foro no Município de Colombo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores de São Gabriel - AMOSGA, que ora pretende declarar de Utilidade Pública, constitui uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fun-

Curitiba, quarta, em 08.12.93

dada em 22 de julho de 1990, com sede e foro na Rua Goiânia, nº 14, Jardim das Oliveiras, bairro São Gabriel, no Município de Colombo/Pr.

A AMOSGA tem por finalidade estudar as condições sociais, econômicas, sanitárias, assistenciais e outras do bairro, seus problemas, recursos e aspirações. Promover e contribuir para a formação e desenvolvimento da vida comunitária além do desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e o bem-estar da comunidade.

Tem por finalidade, ainda, representar os moradores do bairro em suas reivindicações junto aos poderes constituídos, buscando, também, colaborar com os poderes públicos e outras entidades existentes na comunidade dando-lhes conhecimento dos problemas do bairro, pleiteando as respectivas soluções.

Pelo trabalho realizado junto à comunidade, nada mais justo que venha a ser reconhecido de Utilidade Pública, para cuja proposição conta este Parlamentar com o apoio de seus Pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 742/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Art. 1º da Lei nº 9.478, de 17 de dezembro de 1990, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Município de Nova Laranjeiras, com território desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com sede na localidade de Nova Laranjeiras e as seguintes divisas:

Inicia-se na barra do Rio União com o Rio das Cobras, deste ponto segue à jusante o Rio das Cobras até encontrar a estrada velha que liga Laranjeiras do Sul a Quedas do Iguaçu, confrontando com o Município de Quedas do Iguaçu, segue pela referida estrada na direção de Laranjeiras do Sul até encontrar o Rio Xagu, confrontando com o Município de Rio Bonito e com o Município de Laranjeiras do Sul; segue pelo referido Rio Xagu a montante até encontrar a foz do arroio dos Macacos; deste ponto à montante pelo arroio dos Macacos até encontrar a estrada de rodagem "Picadão da Herveira", segue pela referida estrada na direção de Herveira até encontrar as cabeceiras do Rio Lambedor; segue à jusante pelo Rio Lambedor até a foz do Rio Barreiro, daí por linha reta e seca até a localidade de "Cabo Roxo", nas confluências do Rio Herveira com o arroio Cabo Roxo; deste ponto à jusante pelo Rio Herveira até sua foz com o Rio do Cobre, confrontando com o Município de Laranjeiras do Sul; segue, à jusante pelo Rio do Cobre

até encontrar o Rio Piquiri, confrontando com o Município de Santa Galo; segue à jusante do Rio Piquiri até encontrar a foz do Rio Cascudo, confrontando com o Município de Laranjal; segue à montante pelo Rio Cascudo até sua cabeceira; deste ponto por linha reta e seca rumo a Sudoeste até encontrar a Rodovia BR-277 no quilômetro 504, e pela BR-277, até encontrar o Viaduto sobre o Rio Guarani; deste ponto segue pelo Rio Guarani à jusante até encontrar a foz do Rio Quati, deste ponto segue a divisa sul da Reserva Indígena "Rio das Cobras" até encontrar o Rio União, confrontando com o Município de Quedas do Iguaçu; segue o Rio União à jusante até a barra do Rio das Cobras, onde se iniciou e encerra esta descrição.

Memorial descritivo do perímetro urbano da sede do Município de Nova Laranjeiras:

Tem como ponto de partida a foz do arroio da Vila com o Rio das Cobras, Linhas de limites, seguem pelos seguintes pontos de referência: margem esquerda do arroio da Vila, cruza a BR-277, lote nº 1 deflexão de 90° fundo das quadras nº 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 16, deflexão de 90° segue até a BR-277, lado esquerdo da BR-277 rumo a Guaraniaçu, deflexão de 90°, atravessa a BR-277, passando ao lado da quadra nº 17, atinge o Rio das Cobras pela sua margem esquerda até a sua foz com o arroio da Vila, ponto de partida."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.93.

(a) RENATO ADUR

#### JUSTIFICATIVA:

Ao se instalar o município, verificou-se a existência de uma área que não fazia parte, legalmente, nem do território de Nova Laranjeiras e nem do Município de Quedas do Iguaçu, porém as divisas da dita área são respeitadas como sendo do Município de Nova Laranjeiras, tendo inclusive escolas ali instaladas, pertencentes ao Município de Nova Laranjeiras, razão porque a apresentação deste Projeto, com o fim específico de corrigir as distorções existentes.

PROJETO DE LEI Nº 743/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada Rodovia Helmuth Sontag, o trecho da PR-082, que interliga os Municípios de Engenheiro Beltrão-Quinta do Sol-Fênix, até o Rio Corumbataí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.93

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

Helmuth Sontag nasceu a 25 de setembro de 1920, no Município de Lageado - RS. Em 1943, casou-se com a senhora Vinilda Sandrey Santos, de cuja união nasceram seis filhos. Nos idos de 1950, transferiu residência para o Paraná, mais precisamente, em um pedaço de sertão, hoje, Município de Fênix. Dedicado às lides agrícolas, foi um dos desbravadores daquele sertão, onde abriu "picadas" que dariam origem às estradas hoje existentes. Com seus próprios recursos, promoveu os primeiros esboços de desenvolvimento, construindo pontes de madeira para encurtar a distância entre outras localidades e incentivar o povoamento da região.

PROJETO DE LEI Nº 744/93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná "post-mortem" ao Senhor Antônio Teodoro de Oliveira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.93

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

Nascido em Campo Mourão a 09 de março de 1910, Antônio Teodoro de Oliveira era filho de José Teodoro de Oliveira e de dona Almira Lemes da Silva. Estudou durante 11 meses como aluno de um professor particular, contratado por seu pai. Foi casado com dona Maria Zuleika Teodoro de Oliveira, com a qual teve seis filhos: Maria Enilda (primeira mulher a ocupar uma cadeira na Câmara Municipal), José Teodoro de Oliveira, João Teodoro de Oliveira Sobrinho, Antônio Teodoro de Oliveira Filho, Neoraldo Teodoro de Oliveira e Geraldo Teodoro de Oliveira. Incontestemente líder político, foi filiado ao PSD (Partido Social Democrata), do qual foi também presidente.

Entre 05 de dezembro de 1959 a 05 de dezembro de 1963, foi prefeito de Campo Mourão, eleito com 5.937 votos, contra os 4.752 de seu adversário, Deputado Paulo Poli. Considerando-se que a sua campanha foi feita somente por cinco dias, foi sem dúvida a vitória mais expressiva de Campo Mourão. A campanha meteórica teve fundamento na morte do candidato a prefeito pelo seu partido, juntamente com o prefeito de então, Senhor Roberto Brzezinski, ambos vítimas de acidente quando foram a Enge-

nheiro Beltrão recepcionar o Governador Moisés Lupion.

Sua gestão como prefeito foi marcada pela liberdade administrativa, onde não havia retaliações e nem perseguições políticas. Suas obras foram poucas, mas ficaram indelevelmente marcadas na memória dos mourãoenses. Entre elas, destacaram-se a construção da caixa d'água da área central da cidade, a pavimentação asfáltica das principais vias centrais, a pedreira municipal, o início da construção do Paço Municipal e o sistema de esgotos.

Em 1975, por iniciativa do vereador Zamir José Teixeira, lhe foi outorgado o título de "Cidadão Honorário de Campo Mourão".

Faleceu em 25 de junho de 1976.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, há aproximadamente 20 dias, a BISA - BANESTADO Informática, não tem diretor, mas o funcionamento parece que continua igual. Também no Conselho, onde devem estar presentes os funcionários, o representante dos funcionários também não participa das reuniões por problemas internos, truculência, autoritarismo da Diretoria do BANESTADO - Informática.

Nós tomamos conhecimento que uma série de contratos com as prestadoras de serviço, foram prorrogados, ao término dos mesmos, sem fazer sequer licitação. Esses são apenas alguns problemas que ocorrem no BANESTADO - Informática, mas não são só estes e sim, outros mais, outros têm se apresentado.

Nós queremos aqui abordar um mais especificamente, que é a concorrência pública BIRAD/DISUP de nº 007/93. Essa concorrência foi para a compra de um "No Break" singel de 500KWA com bateria de elementos.

Venceu essa licitação, uma empresa de nome Liebert Tecnologia Ltda. Após ela ter vencido essa licitação, a Ouvidoria recebeu uma denúncia anônima, onde alegava-se algumas irregularidades. Em 22.10.93, a Ouvidoria emitiu um parecer dizendo que tudo estava correto, num primeiro momento e pediu ao próprio BANESTADO que fizesse uma apuração mais profunda. Parece-me que o BANESTADO não fez essa apuração.

Logo após, a Ouvidoria recebeu uma nova denúncia que indicava quais eram os documentos que estavam falsificados em tal licitação. Esta licitação, como disse, foi para a compra do "No Break". A Ouvidoria, logo após essa segunda denúncia, procurou os órgãos, como a Caixa Econômica Federal e solicitou dela esta guia (mostra xerox)

Curitiba, quarta, em 08.12.93

do FGTS saldada, era ou não da Liebert e a resposta dada pela Caixa Econômica era de que esse certificado, a irregularidade do FGTS, nº 249534, que é esse número que apresentou, foi emitida a favor da Empresa Cornalhas e Cia. Ltda. e diz que cumpre mencionar que não consta nos arquivos processo protocolado sob o nº 12087/93, alegando que este seja o documento correto.

Fez também a Ouvidoria uma consulta ao INSS, no qual solicitou-se negativo apresentado por esta empresa, se realmente era o mesmo apresentado para participar da licitação. E a resposta dada como certidão negativa da Liebert é que a certidão fornecida diz o seguinte: informamos que a certidão negativa de débito nº 1999, série C, de 22 de março de 93, com o PCND nº 326/93, não foi expedida por este posto de arrecadação e fiscalização. Desta forma, confirmamos a falsidade do documento citado. No caso, este documento citado.

Portanto, a Liebert participou de uma concorrência falsificando dois documentos, certidão negativa do FGTS e a negativa do INSS.

Assim sendo, face ao exposto, diz a Ouvidoria: ...e considerando que a empresa Liebert de Tecnologia Ltda. se utilizou de meios inidôneos, para então sagrar-se vencedora da licitação, prejudicada está sua própria participação na concorrência. E tanto mais a contratação dela decorrente.

A Ouvidoria coloca que não poderia a Liebert participar desta licitação, uma vez que ela apresentou documentos irregulares, ou seja, documentos falsificados.

Isto posto, Senhores Deputados, é acompanhado de outras denúncias junto à Ouvidoria. Denúncias que há sonegação de impostos por parte da Liebert, denúncias envolvendo diretores do BANESTADO, que tomaram conhecimento com antecedência que estes documentos eram falsificados.

Por esta razão, desta tribuna, pedimos ao Governador que cancele tal concorrência. Levaremos estes documentos também à Polícia Federal e enviaremos requerimento ao Tribunal de Contas do Estado, para que o mesmo possa dar parecer a respeito desta licitação, uma vez que a empresa que participou da mesma estava irregular. Portanto, deve ser cancelada esta licitação, para não comprometer a moralidade e a honestidade tão propalada pelo Governador do Estado e pelos dirigentes do BANESTADO.

Assim, pedimos o cancelamento e também queremos dizer ao Deputado Oswaldo Trevisan, vice-Líder do PMDB, que toda a vez que se pede informação, nós engavetamos, Senhor Deputado, quando é normal, é lido e arquivado. Quando há alteração nas respostas do pedido de informação, sempre estaremos atentos e traremos as denúncias todas as vezes que for necessário a este

Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartório) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Exatamente no dia 04 de abril requeria, junto a esta Mesa, a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias de falta de concorrência pública nos gastos com propaganda no Governo do Estado do Paraná.

Quando da ocasião da remessa deste nosso pedido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, exatamente no começo de maio fui atropelado pelo pedido de cinco CPIs laranjas, organizadas pelo Governo do Estado, para que a minha tivesse o seu impedimento regimental, porque o Regimento Interno não permite a instalação de um número além de cinco CPIs, naquela ocasião tinham só duas CPIs, haviam só duas em trabalho nesta Assembleia Legislativa. Como protocolaram matreiramente três CPIs laranja na minha frente, a CPI da publicidade do Governo do Estado foi impedida, de pronto, pelo Presidente da Assembleia, baseado no Regimento Interno, inclusive.

Eu quero requerer verbalmente neste momento, Senhor Presidente, estarei entregando Requerimento nesta Sessão, ainda, a Vossa Excelência, para que em acontecendo de não ter sido instalada uma dessas CPIs laranja, que o meu pedido da CPI para publicidade seja colocado como prioridade, porque não é possível que depois de seis meses não se tenha instalado as CPIs laranja para impedir simplesmente, a instalação da CPI da publicidade, uma vergonha para o Estado do Paraná, porque o Governo, sistematicamente vem distribuindo dinheiro ao bel prazer aos seus compadrinhos e àqueles que o prestigiaram na campanha eleitoral, ignorando pareceres, resoluções e documentos do Tribunal de Contas que exige licitação quando o Governo quer gastar dinheiro com publicidade. Soma mais de vinte milhões de dólares que ele distribuiu durante seu mandato.

Fizemos o pedido baseado em fatos, inclusive anexados pareceres do Tribunal de Contas, aliás, o Governo do Estado do Paraná tem sido condenado sistematicamente pelo Tribunal de Contas por não promover as devidas licitações públicas quanto ao gasto com a publicidade.

Requeiro a Vossa Excelência verbalmente, remetendo ofício a posteriori, ainda nesta Sessão, para que a Presidência desta Casa, em não havendo a instalação de qualquer uma daquelas CPIs aceite o pedido de instalação daquela CPI que eu pedia no começo de maio do presente exercício. E no

caso da mesma Assembleia comprovar de que as CPIs foram instaladas, documentalmente e com cópia de Atas, nós requeremos nesse momento, Senhor Presidente, em caso das CPIs estarem funcionando normalmente e terem sido instaladas, nós requeremos, imediatamente que a Mesa aceite, condicionada ao primeiro pedido da instalação da CPI através de Projeto de Resolução. Porque é a única alternativa que os Deputados têm para excederem o número de CPIs que a Casa determina, que são cinco.

(Uso o horário do PTB)

Eu baseio o meu pedido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nos seguintes termos: (Lê):

Súmula: Cria a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar irregularidades nos Gastos com Publicidade.

Art. 1º - Fica criada, nos termos do disposto no § 4º do art. 36 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída por 9 (nove) membros, destinadas a apurar irregularidades nos gastos com publicidade efetuadas pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.12.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

O Governo do Estado vem incontestemente e até arbitrariamente fazendo publicidade sem o atendimento legal do processo licitatório como já comprovaram inúmeras avaliações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Este quadro de procedimentos do Executivo na área da propaganda já se tornou, inclusive, uma espécie de comportamento político-administrativo natural, tal a licenciosidade e permissividade com que o Governo Estadual vem agindo neste universo onde estão sendo mobilizados grandes recursos financeiros sem nenhum controle mais adequado do erário público.

Através de uma leitura mais fria e analítica dos fatos podemos perceber que as irregularidades do Governo Roberto Requião na contratação de empresas de publicidade sem licitação vem transitando por um perigoso clima de manipulação da opinião pública, além de, obviamente valorizar um nefasto gueto de clientelismo político e de democracia publicitária.

Enquanto isso, no campo jurídico, podemos comprovar através de uma série de relatórios do TC sobre as contas do Executivo na área Secretaria da Comunicação que esta administração vem impunemente mergulhando na improbidade administrativa, num rol de ações ilegais já fartamente denunciadas.



Eis os fatos:

1. No período de janeiro a outubro de 1992, através da Comunicação Social, o BANESTADO contratou serviços de publicidade no montante de mais de 12 bilhões de dólares, sem o devido procedimento licitatório, contrariando dispositivos constitucionais e ignorando decisões do TC que impugnou todos os contratos.

2. Este caso já tramitou nesta Casa e teve sob minha autoria, uma representação contra o Governo junto à Procuradoria Geral de Justiça, onde apoiando-me em resoluções do TC, considerei o Governador passível de estar envolvido em crime de responsabilidade, previsto no art. 88, inciso VI, da Constituição Estadual, por improbidade administrativa.

3. O Ministério Público após criterioso exame da matéria concluiu pela competência da Assembléia Legislativa para apreciação e julgamento dos crimes de responsabilidade, razão porque a representação foi encaminhada a este Poder Legislativo.

Senhores Deputados, creio que esta Casa encontra-se agora sob um grande e complexo desafio. O Tribunal de Contas constatou inúmeras vezes a ausência de procedimento licitatório na contratação de publicidade pelo Governo. O Ministério Público consubstanciou a questão ao nosso melhor juízo daqui para o futuro.

Um futuro onde nosso comportamento político vai ser julgado também pelo povo, no presente envolvido por um forte espectro de reivindicação ética e moralidade das ações do Poder Público.

Creio que há evidências de que aqui no Paraná a lei não vem sendo respeitada. Temos um Governador que se julga acima do bem e do mal, acima de qualquer suspeita. Além disso todo este processo ficou densamente marcado pelas contradições e ambivalências.

Há fortes e inegáveis razões para que possamos abrir neste Legislativo uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar com total transparência as contas publicitárias do Governo do Estado.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer regime de urgência ao presente Projeto de Resolução que trata dos gastos com publicidade sem licitação.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas Regimentais, REQUER regime de urgência ao presente Projeto de Resolução, que trata da Formação

Curitiba, quarta, em 08.12.93

de CPI para apurar irregularidades nos gastos com publicidade, conforme disposição do Regimento Interno.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Curitiba, 08 de dezembro de 1993

(a) MÁRIO BEZERRA

Presidente da Comissão

Permanente de Fiscalização

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos requerendo verbalmente para que a Mesa acate o nosso pedido, a fim de que se levante, se algumas das Comissões ou das CPIs solicitadas em maio último deixou de se instalar, se ficou um espaço vago para instalação de qualquer CPI, que a CPI da publicidade, proposta por mim, e subscrita por mais 18 Deputados naquela ocasião, que me foi devolvida pelo Presidente da Mesa, que considere a que nosso pedido, embora tenha passado cinco, seis meses, como matéria válida, a fim de que a população do Paraná realmente possa saber dos gastos públicos a nível de propaganda do Governo Roberto Requião, que gasta milhões e milhões de dólares em propaganda e deixa a educação, deixa a segurança, deixa a sociedade pasma com esses gastos, ao mesmo tempo que faz com que as lideranças municipais, os Prefeitos e os Vereadores fiquem frustrados perante as populações respectivas porque costumeiramente o Governo do Paraná interioriza o seu governo, promete tudo e nada faz. É necessário que o povo do Paraná, as lideranças políticas saibam que o Governo que aí se instalou, simplesmente se auto promove, visando as eleições do ano que vem.

Se o Governo realmente não teme nenhuma medida que vise apurar responsabilidade, que ela contribua, através da sua liderança, através dos Deputados que o respaldam nesta Casa, a apuração da verdade, porque infelizmente a oposição nada faz passar que busca a verdade do Governo Roberto Requião.

Requeiro desta Casa, portanto, esses dois pedidos, para que possamos mostrar verdadeiramente ao Paraná a verdade sobre o governo da transparência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desde a época, quando me elegi Vereador em Londrina, durante seis anos, antes de ser Vereador já ouvia a problemática do Instituto Médico Legal. Os Srs. sabem o que que é o IML. Os cadáveres passam pelo



IML.

Ali são guardados em geladeiras, congelados, até que o médico, o perito faça a autópsia, ele tem que dar o parecer, aí o cadáver é liberado para a família e posteriormente sepultado na sua cidade de origem, principalmente na minha microrregião.

Isso acontece na região de Ivaiporã, de Londrina, de Curitiba, isso acontece no País inteiro. Mas o problema IML é um problema complexo. O Jornalista Paulo Ubiratã, meu particular amigo da Folha de Londrina, constantemente escreve uma série de artigos cobrando soluções imediatas reais, concretas para solucionar o problema do IML de Londrina.

Vejam bem, o IML de Londrina, a segunda Cidade mais importante do Paraná, que me elegeu o mais votado duas vezes, que me deu ao Paraná como Deputado, o IML de Londrina, que atende toda uma microrregião, Senhores deste Parlamento, o IML, de Londrina atende Rolândia, atende toda aquela grande região que é o Norte do Paraná que é o grande celeiro do meu Estado, orgulho do meu País.

O IML tem uma geladeira. A geladeira tem seis gavetas, elas são abertas, cada gaveta cabe um cadáver. O cadáver é congelado até que haja autópsia, os procedimentos normais, só que a geladeira do IML de Londrina, a 3ª Cidade mais importante do Sul do País, a segunda do Paraná, um dos grandes pólos de desenvolvimento do meu Estado não funciona, a geladeira não funciona. O IML de Londrina não funciona.

Deputado Dirceu, preste atenção, por favor: no IML de Londrina não há luvas para pegar no cadáver! A geladeira, só uma, porque remendaram um fio e está funcionando. Então, o que é que o Maurício, o Mauricinho, que trabalha há quase 20 anos no IML, faz: chegam lá 5 ou 6 cadáveres e sabe o que ele faz? Enfia três numa geladeira, espera congelar e deixa os outros fedendo. A hora em que ele vê que a catiniga está forte, ele corre e tira os três de lá, põe no chão, congelados, pega os três que estão fedendo e coloca lá dentro. Deixa gelar. A hora em que os três estão descongelando ele tira os três de cima e fica assim: fede, não fede! Fede não fede! Fede não fede.

Só funciona uma geladeira! Uma geladeira no IML de Londrina. Aí li o artigo do Paulo Ubiratan, pedi à minha equipe, Deputado Luiz Carlos Martins, falei: Filoco, vai lá e filme a geladeira do IML porque isto já dá para fazer uma novela. Das seis. "A Geladeira do IML de Londrina". Em vários capítulos dá pra se contar esta história! Mandei o Mauricinho filmar. Aí o Filoco, meu repórter, foi entrevistar o Maurício, que é o homem que mexe com os cadáveres, sem luvas.

Mostrei a matéria, pedi, implorei, vamos me dar luvas, vamos consertar a geladeira. Mostrei a matéria. Hoje, Deputados, Senhores do meu Parlamento, a Diretoria da Polícia Civil me mandou um ofício pedindo a fita do funcionário do IML por ter dito, não pode falar não, tem que ficar quieto, deixar feder e não pode falar nada, não, não pode denunciar, não. Tem que ficar quieto e deixar feder mesmo. Enfia três, tira três, põe três, derrete, tira, vai! O Maurício foi à televisão, no programa do Alborghetti, para o Paraná inteiro, para Brasília, São Paulo, Minas, em rede nacional, e fez uma denúncia de que a geladeira não estava funcionando. Precisava só arrumar embaixo, mais as outras gavetas e arrumar umas luvas!

Mandaram-me um ofício, hoje, requisitando a fita do funcionário do IML, vão processá-lo! Vão fazer um inquérito administrativo. Vão suspendê-lo das funções, porque ele disse que o IML não tem luvas, porque ele disse que tem três cadáveres fedendo, tem três congelados, quando descongela os três põe os que estão fedendo e depois tira os que estão fedendo e põe os congelados. Oh, Meu Deus do Céu! Que Paraná é esse?

Na época do Governador Álvaro Dias, na época em que foi Deputado o Sr. Márcio Almeida - sério, não estou mentindo - o Deputado Márcio Almeida uma vez foi e resolveu uma série de problemas no IML. Ele é da minha Cidade, de Londrina. Ele conseguiu, o Governador Richa mandou arrumar e etc. Na época do Álvaro Dias fiz um apelo, falei: "Álvaro, manda arrumar o IML, vamos arrumar a geladeira." Foi tudo arrumado. Precariamente, mas foi arrumado.

Agora, a gente pede e os homens não arrumam.

Não sei o que acontece. Mas, na hora de pedir voto todo mundo vai lá. Abraçam a geladeira! Dizem que vão salvar a geladeira! Que ninguém vai feder! Que tudo vai dar certo! E a geladeira continua fedendo, Sr. Presidente. E o homem não manda arrumar a geladeira do IML de Londrina! Ah, para o inferno!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Grande Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

No dia de ontem, um desabafo deste Parlamentar provocou inusitadas e abundantes defesas do Governo do Estado do Paraná.

Quero aproveitar este horário neste momento em que nós terminamos, praticamente estamos às vésperas do término do ano legislativo, para fazer uma reflexão e um

balanço sobre como está o Estado do Paraná e o seu Governo nesses últimos tempos. O Paraná tem sofrido uma sistemática campanha promovida pelo Governo do Estado nos meios de comunicação de massa, devidamente embalada por fantásticos recursos públicos aplicados na mídia, e que procura criar uma imagem de que o Paraná tem um Governo democrático, um Governo popular, tem um Governador honesto, atento aos interesses do Estado, um Governador austero e progressista. Esta tem sido a imagem que se vende ao grande público do Paraná. Todavia, a oposição tem por dever de ofício não se deixar seduzir por estas informações, por esses discursos, e procurar fazer uma leitura crítica de tudo o que está acontecendo com o nosso Estado.

Um Governo democrático deve sobretudo ser um Governo participativo, aí talvez pudéssemos indagar e refletir se esse Governo é efetivamente democrático ou não, se ele busca o aperfeiçoamento das instituições, busca permitir ao povo o acesso maior aos centros de decisão como forma de permitir que os interesses e as reivindicações do povo sejam melhor representadas nas ações do Governo.

Como pode se denominar democrático um Governo, por exemplo, que cassou o direito da escolha dos dirigentes nas escolas públicas do Paraná? Como pode se dizer democrático um Governo que intervém e destitui dirigentes eleitos diretamente pela comunidade universitária nas escolas de ensino superior do Paraná? Como se pode dizer democrático um Governo que impede a criação de uma lei que permite à sociedade paranaense, especialmente os trabalhadores, fiscalizar ao menos os recursos aplicados na área de habitação? Como pode se dizer democrático um Governo que impede a criação de uma política de gestão democrática dos recursos destinados ao fomento da ciência e da tecnologia? Como se pode denominar um Governo democrático quem faz isso e muito mais?

Um Governo democrático há que ser essencialmente um Governo transparente. Qual é a transparência real não anunciada? Mas a transparência real que existe no Estado do Paraná?

O Governo do Estado tem conluio com a sua maioria nesta Casa, impedindo, inclusive, que o mais elementar direito de um regime democrático, que é o funcionamento pleno e a capacidade plena de fiscalização pela Oposição de seus atos estejam impedidos. Neste momento nós temos o Governo do Estado do Paraná como uma autêntica caixa preta.

Estão aí as Comissões Parlamentares de Inquérito neste momento histórico da nossa Nação, em que o povo começa a descobrir no Congresso Nacional os mecanismos de cor-

rupção, os mecanismos de influência de grupos privados sobre o Estado brasileiro, de um modo geral aqui no Paraná se pratica o caminho inverso. CPIs aqui foram abortadas como a CPI da Saúde, por força de uma maioria conivente e cúmplice nesta Casa. As CPIs destinadas a investigar superfaturamento de helicópteros, a investigar desvios de verbas de publicidade, não podem funcionar, porque a Casa está abarrotada de CPIs laranja, que não têm a função de investigar nada, mas apenas impedir que novas CPIs possam ser instaladas.

Quantas vezes foram rejeitados os pedidos de informação formulados por Deputados perante a Mesa, por força também de uma maioria que apóia o Governo nesta Casa, suprimindo, inclusive, uma garantia constitucional assegurada a todo o cidadão, que é o direito a receber informações dos órgãos públicos. Se cabe a todo o cidadão este direito, muito mais por dever de ofício teria assegurado os Parlamentares desta Casa o direito às informações. Quantos pedidos foram negados nesta Casa? Onde estão as informações sobre as aplicações irregulares de verbas de assistência social no Estado do Paraná, cujos indícios aqui já apresentados pelo Deputado Rosinha são muito fortes. Denúncias levadas à grande imprensa a nível nacional por Deputados, por empreiteiros e cadê as informações? Isto no mínimo motivaria nesta Casa um trabalho da Oposição e do Governo, da Bancada Governista, visando apurar estas denúncias. Nada. Nada se faz.

Este Deputado já teve até Requerimento de Pedido de Informação de construção de estradas rejeitados aqui perante este Plenário. E o por quê? Onde está a transparência deste Governo? Um Governo que se diz progressista também é um Governo que se preocupa em preservar o patrimônio público. Como preservar o patrimônio público neste momento em que o Governo começa a vender ações da TELEPAR sem critérios para aplicar recursos em construção de obras federais? Como pode pretender-se progressista um Governo que quer vender ações da COPEL no pior e mais inoportuno momento para a sua venda? Que trará certamente prejuízos fantásticos ao Estado do Paraná. E o que é mais grave, este Governo tem escondido, inclusive, a sua covardia ao permitir que os recursos resultantes da venda das ações da COPEL sejam torrados, literalmente, com obras e objetivos eleitorais. Um Governo que chegou ao Palácio Iguaçu denunciando o rodoviarismo do Paraná, denunciando o contraste entre um Estado que tem uma das maiores malhas rodoviárias de todo o Brasil e um dos piores indicadores sociais e econômicos também do Brasil. Explicava o Governo do então candidato na época, que recursos que poderiam

ter sido aplicados em áreas sociais para o incremento do desenvolvimento econômico, para a educação, para a saúde, haviam sido investidos, prioritariamente, em obras rodoviárias caríssimas e que serviram, é verdade, ao interesse de muitos municípios, isso não se nega, mas que jamais poderiam ser classificadas como prioritárias num Estado que tem milhões e milhões de paranaenses padecendo de fome todos os dias.

Esse Governo que se diz progressista, agora, reintroduz, descaradamente, o rodoviarismo como meta principal, como prioridade principal do seu Governo. Estão aí as mensagens de suplementação a serem votadas nesta Casa, retirando dinheiro de habitação popular, retirando de programas de saneamento ambiental para aplicá-los na construção de rodovias. Como é que se pode classificar de progressista um governo que até este momento, de fato, não inverteu as prioridades que seriam necessárias ao nosso povo.

O Governo do Estado do Paraná tem alguns programas, é verdade, com uma concepção avançada do ponto de vista social, mas que serve muito mais como um cenário para propaganda do que propriamente programas que possam ser denominados de programas consistentes, abrangentes, profundos e que possam alterar as condições de vida do povo do Paraná.

O Programa Panela Cheia, por exemplo, que adota a equivalência em produtos. Proposta esta, aliás, até vinda da campanha eleitoral de 89 do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, cujo Programa Panela Cheia atinge pouco mais que uma dezena de milhares de famílias do Paraná, um Estado que tem mais de 300 mil pequenos agricultores neste Estado. Um Programa que hoje está carreando o grosso dos seus recursos para dar apoio e sustentação a projetos agroindustriais de integração da pequena propriedade aos grandes grupos agroindustriais do Paraná. É um Programa que não tem atingido aquele que realmente precisa de um apoio e de um subsídio do Governo, que são os pequenos agricultores que ainda sobrevivem nos rincões do Paraná.

Programa, portanto, que não consegue alterar profundamente as condições no campo do Paraná. Esse Governo tem investido - não se sabe porquê, num programa de melhoramento genético do rebanho no Estado do Paraná. Quem está sendo efetivamente beneficiado com esse Programa? Sabemos nós que são os pequenos e médios produtores; mas são exatamente os pequenos e médios produtores em melhores condições no Estado do Paraná. Aqueles mais carentes geralmente não conseguem se adequar às normas e às condições estabelecidas por esse Programa e ficam de fora.

Então o Paraná, na área da agricultura, em que pesem alguns avanços, e são avanços insignificantes, são avanços não abrangentes e, principalmente, acabam elitizando um Programa que se destinava a recuperar as condições mínimas de subsistência ao pequeno agricultor mais carente de nosso Estado.

O Programa "Casa da Família"...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ERNANI PUDELL - Em seguida...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência está indo para outra Secretaria e eu gostaria de debater com Vossa Excelência.

O SR. ERNANI PUDELL - Deputado, o meu tema é abrangente, é um balanço do Governo do Estado e terei depois o maior prazer em debater com Vossa Excelência...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu queria debater com Vossa Excelência com relação à Secretaria de Agricultura, nobre Deputado.

O SR. ERNANI PUDELL - Com muito prazer, nobre Deputado.

O Programa "Casa da Família" do Estado do Paraná é um Programa engenhoso, onde o Governo do Estado acaba financiando o material de construção apenas.

As prefeituras são induzidas a entrar com toda a infra-estrutura, isso, gratuitamente e o mutuário com a mão-de-obra.

Obviamente que retirada a intermediação de empreiteiras.

Obviamente que não computado os custos de infra-estrutura.

Obviamente que não incidindo sobre a habitação, custos de mão-de-obra, há que se ter um valor necessariamente muito inferior à habitação popular.

E aí exatamente o Governo do Estado, por isso disse engenhosamente, consegue afinal uma casa num valor relativamente barato, mas que o único retorno assegurado é exatamente ao Estado.

O Estado faz a propaganda com o chapéu alheio. Ou seja, com a mão-de-obra do mutuário e com a infra-estrutura das prefeituras municipais.

Programa esse, e é preciso que se diga aqui nesta Casa, que tem servido também como moeda de pressão e tráfico de influência política do Governo do Estado juntos às prefeituras municipais do Estado do Paraná.

Esse Programa terá, necessariamente, que sofrer a regulamentação desta Casa com respeito aos destinatários das habitações

populares a que ele se destina.

Temos conhecimento de que hoje o Programa "Casa da Família" em muitos municípios do Paraná também está servindo como moeda eleitoral, como forma de privilegiar cabos eleitorais, como forma de distribuição entre vereadores e assim por diante.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ERNANI PUDELL - Estarei concluindo em seguida. Terei mais 12 minutos e Vossa Excelência poderá falar à vontade em seguida.

Finalmente, gostaria de tocar naquilo que considero a mais grave omissão do Governo do Estado do Paraná.

Este Estado, e sabem os Senhores Deputados, em que pese a propaganda enganosa de que somos um Brasil que deu certo, de que temos uma economia industrial que cresce em níveis superiores aos demais Estados do Brasil, o Paraná hoje é um Estado que não tem um projeto de desenvolvimento econômico e social. Não tem projeto, não tem rumo, não tem direção. Todos os instrumentos que permitiriam a adoção de um amplo, ambicioso e necessário programa de desenvolvimento econômico do Estado foram desmantelados.

O BADEP, desmantelado ainda na gestão de Álvaro Dias, com a conivência do atual Governador do Estado, sem que até esse momento explicações razoáveis fossem dadas sobre as razões desta destruição. O Paraná não tem o seu banco de fomento a gerir recursos para o desenvolvimento econômico do Estado do Paraná. Limita-se o Governo do Estado, a raquíticos programas chamados "bom emprego" que somaram incentivos fiscais e parques e diminuíram recursos de financiamento para o fomento da economia do Estado do Paraná. O Paraná sabemos nós, tem uma economia profundamente agrícola. É um Estado que modernizou a sua agricultura, atingiu o limite da sua expansão agrícola. Não temos mais fronteiras internas no Estado do Paraná para abrímos para a agricultura. É um Estado, portanto, que saturou ou está próximo de saturar a capacidade de aumento da sua produção e, conseqüentemente, de absorver mão-de-obra na agricultura do Estado do Paraná. São um milhão e setecentos mil paranaenses que não têm emprego, sem contar os 500 mil que estão no Paraguai e que em breve, deverão retornar ao Paraná, sem contar os que foram para Rondônia, para o Mato Grosso, para a Bahia, para o Acre.

Não havendo opções mais de trabalho e nem tendo capacidade a agricultura de dar as respostas que a sociedade precisa, o Paraná deveria se debruçar sobre um projeto de transformação das suas riquezas,

através da industrialização de produtos primários, através do incentivo, a disseminação de indústrias de alimentos, de bens de consumo de massa. Deveria o Paraná ter o mínimo de visão e investir na capacitação tecnológica do seu povo e investir na educação, no fomento à pesquisa. O Paraná tem feito isso?

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ERNANI PUDELL - Essa é a grande pergunta! O Paraná hoje aplica o grosso de seus recursos aonde? Duplicação ou a conclusão da ponte de Guaíra. Obra necessária, é verdade, mas será que é prioritária? Será que é prioritária a duplicação da BR que vai às praias de Santa Catarina? Será que é prioritária até mesmo a construção de uma ferrovia que nascerá com problemas econômicos seriíssimos, porque irá concorrer com a hidrovía do Tietê, cujo transporte é muito mais barato. Será que o Paraná deve gastar o melhor dos seus esforços para a construção de hidrelétricas, como exportamos 75% da nossa energia, sem receber o ICMS correspondente? Será que são essas as obras realmente prioritárias, os investimentos prioritários no Paraná? Esta pergunta é preciso que se faça. Essas indagações.

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência me concede um aparte, ou irá fazer um monólogo aí?

O SR. ERNANI PUDELL - Já concedo aparte a Vossa Excelência.

Concedo pela ordem, aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Deputado, agradeço a Vossa Excelência. Eu já tinha percebido, Deputado, logo no início do mandato de Vossa Excelência, que sua atitude, a atitude de Vossa Excelência, realmente confere com a análise que fiz com relação à sua postura como representante do povo do Paraná nesta Casa. Vossa Excelência demonstra claramente que, através do seu mandato de Deputado, Vossa Excelência só sabe fazer alguma coisa pelo Paraná somente na demagogia usando esta tribuna. Vossa Excelência demonstra claramente que não conhece a realidade da agricultura do Paraná. Vossa Excelência é um Deputado de gabinete. Contesto Vossa Excelência quando critica a Secretaria de Agricultura do Paraná.

Vossa Excelência por não ter conhecimento e por se preocupar com os agricultores do Paraná, pequenos e médios, preocupa-se sim com os invasores do Paraná, Vossa Excelência desconhece que os programas

"Painel Cheia" e o programa da Secretaria de Agricultura do Paraná, através do Senhor Secretário Osmar Dias, têm sido levados de modelo para outros países do mundo.

Vossa Excelência desconhece o crédito que possui a Secretaria de Agricultura do Paraná junto ao Banco Mundial. Vossa Excelência desconhece durante o período que tivemos a correção do solo do Paraná, implantando quatro terminais de calcário no Paraná. Vossa Excelência talvez desconheça o número de produção e o avanço que tivemos de grãos em nosso Estado.

Então discordo totalmente com a colocação de Vossa Excelência. Daria um conselho a Vossa Excelência, aproveitando este recesso parlamentar, Vossa Excelência coloque um sapato no pé e visite os agricultores para conhecer a realidade do Governo do Paraná através da Secretaria de Agricultura.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e em seguida concederei o aparte ao Deputado Erondy Silvério, que solicitou. Apenas quero dizer que Vossa Excelência está universalizando alguns exemplos. A agricultura do Paraná não está tão bem, toda ela, e os agricultores não estão bem, todos eles, e Vossa Excelência talvez esteja universalizando o exemplo da sua bela fazenda, bem organizada...

No Paraná a agricultura não é toda assim. Tem pequenas propriedades modernas, produtivas...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Deputado, se minha fazenda é bem organizada, é porque tenho origem no campo. Agora, a minha fazenda foi comprada. Não foi invadida. E não participei de invasão nenhuma, como Vossa Excelência participa lá no Sudoeste.

A incompetência de Vossa Excelência é que faz com que venha criticar o melhor modelo de agricultura que é o Paraná.

Parabenizo todos os fazendeiros que têm a competência de administrar uma propriedade, mostrando que a agricultura tem que ser um gigante que garanta o nosso País.

O SR. ERNANI PUDELL - Permite-me, Senhor Presidente, quero concluir o meu pronunciamento.

É interessante que o Deputado Manfrinato revela o espírito reacionário que toma conta da base de sustentação do Governo do Estado, inclusive contrariando o próprio discurso do Governador, que é favorável à reforma agrária, etc.

E o Deputado aqui faz um discurso exatamente da UDR.

Vossa Excelência não é um homem político...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartório) - Vossa Excelência já concluiu o seu horário. Um minuto para concluir.

O SR. ERNANI PUDELL - Quero concluir dizendo o seguinte, que me causa pena ver que homens públicos não têm sensibilidade para os problemas sociais, para as condicionantes econômicas que levaram uma legião de cinco milhões de paranaenses que não estão hoje no Estado do Paraná por força do modelo agrícola concentrador de riquezas, de terras. Vossa Excelência não começou como eu, que nasci no Paraná, a história de grilagem, de violência contra o povo humilde e camponês neste Estado, que perdeu suas terras enquanto o latifúndio ganhava dinheiro subsidiado, com a PROAGRO, fazia fraudes para ampliar suas terras. Vossa Excelência haverá de fazer a justiça dos pobres, dos oprimidos. Vossa Excelência tem o peso da justiça, por isso esperneia.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

Perdoa-me o ilustre decano, Deputado dessa Casa, de não ter tido o privilégio de debater com um Parlamentar de nível mais elevado como Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério - A Presidência me concede um minuto, apenas para corrigir uma injustiça que Vossa Excelência fez.

Vossa Excelência fez uma análise, embora superficial sobre sócio-econômica do Estado. Foi brilhante, sem dúvida, dentro da ótica e da doutrina do Partido dos Trabalhadores. Agora, Vossa Excelência incorreu numa injustiça quando disse que não era necessário o Governador do Estado utilizar recursos do Tesouro Estadual para fazer uma estrada que leva às praias. Vossa Excelência aí demonstrou primarismo. Desculpe-me, Vossa Excelência não deve conhecer que essa estrada é vital para a economia de três Estados do Sul e também do MERCOSUL, Argentina e Uruguai.

Vossa Excelência sabe que o asfalto dessa estrada é tingido diariamente com o sangue generoso dos nossos irmãos, e que o Governador ao duplicar com os recursos do Tesouro esse trecho, está cumprindo o dever maior de um Governante, que é zelar pela segurança e pela própria economia do Estado. Então essa injustiça Vossa Excelência fez, não é uma estrada de veraneio, não é uma estrada de recreio, mas é uma estrada que conduz a economia de três Estados Sulinos para os outros consumidores do País.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço o aparte do Deputado Erondy, e quero dizer ao ilustre Deputado que em momento algum questiono a necessidade dessa estrada.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Horário das Lideranças.

PFL. (Declina).

PP. (Declina).

PL. (Declina).

PT. Com a palavra o Deputado Ovídio Constantino no Horário do PT. Vossa Excelência tem cinco minutos e trinta segundos.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, há alguns dias, deve ter sido nesta semana ainda, ou no final da semana, não estou lembrado, houve nesta Casa uma reunião de Lideranças. O que se havia em pauta, em discussão, na reunião de Lideranças partidárias era organizarmos a pauta dos últimos dias de Sessões para, numa discussão entre as Bancadas para poder não haver os atropelos, e limpar a pauta, que havendo projetos necessários para serem colocados na Ordem do Dia. Foram feitos esses entendimentos e inclusive discutido a forma de votar os projetos que teriam necessidade, e deixando de fora os Projetos polêmicos que não tivessem urgência para este ano.

Ontem tivemos aqui nesta Casa a votação das suplementações de verba. Reservamos o direito que temos de votar contra os Projetos, encaminhamos contrários através do Deputado Ernani Pudell. Encaminhamos e votamos contrários e vamos votar hoje, por algumas razões, porque não custa nada o Executivo escrever algumas linhas a mais com transparência e dizer aonde vai se colocar os recursos que se transferem de uma área para outra do Orçamento. As transferências de verbas normalmente vêm para essa Casa com apenas informações técnicas, exigindo da Assembléia autorização para que o Poder Executivo relogue verbas tirando de áreas essenciais, sem dizer no que vai aplicar em outras áreas, até em áreas que pode se dizer, fazer política-gem. Questionamos a forma como vem essas transferências de verbas, essas suplementações de verbas, porque não são explicadas e as justificativas não nos convencem. Não custa nada o Executivo justificar e explicar as razões pelas quais para onde vai, no que vai ser aplicada as verbas das transferências.

E ontem na votação, foram feitas insinuações, e ouvimos a reclamação do Deputado Renato Adur de que havia um acordo das lideranças para votar os Projetos.

Havia, sim, um acordo das lideranças para a elaboração da Ordem do Dia desses últimos dias. Mas isso não justifica que temos que votar favoravelmente aos Projetos que vão ser colocados na Ordem do Dia, e por isso nós não votamos naquelas votações, e o que mais nos deixa preocupados e indignados, Sr. Presidente, Srs. Deputa-

dos, foram insinuações feitas neste Plenário, ontem, pelo Deputado Manfrinato e pelo Deputado Renato Adur de que a Oposição estaria se retirando do Plenário para justificar convocação de Sessões Extraordinárias e receber jetons. Quero dizer aqui, que se depender da nossa Bancada estou apresentando requerimento à Mesa para que façamos tantas Sessões extraordinárias que forem possíveis, necessárias ou até que permaneçamos aqui até o dia 20 ou mais do mês de dezembro para votar o que tem que se votar, para que não se convoque Sessões Extraordinárias.

E queria informar ao Deputado Renato Adur e ao Deputado Manfrinato, que se não sabem, procurem nos Anais da Casa, procurem informações com a Mesa, que até hoje nos três anos, a nossa Bancada nunca recebeu convocação de Sessões Extraordinárias porque entendemos que se tiver que votar Projetos aqui em Sessões Extraordinárias, os Deputados não precisam receber mais um salário, porque recebem mesmo em dois meses sem estar aqui trabalhando, no recesso recebem o seu salário normal do mês. E poderemos votar aqui, sim com mais uma semana de Sessão com o salário que se recebe. E não concordo, de forma nenhuma, com as insinuações baratas feitas aqui ontem porque vimos na reunião das Lideranças, Deputados e Líderes tramando e dizendo que haviam combinado com o Governador para mandar o IPVA aqui depois do dia 15 para justificarmos a votação extraordinária, para assim receberem um salário.

Denunciamos e discordei, e disse que a nossa Bancada não recebeu e que poderíamos votar os Projetos até o dia 15, e desafio a Mesa, Sr. Presidente, que se coloque na Ordem do Dia até o dia 15 que haverá tempo para isso, a votação do IPVA que é o que está sendo justificado para convocar Sessões Extraordinárias.

Entre linhas ficou entendido naquele dia que não se iria colocar o IPVA e a Lei de aumento salarial dos servidores nas Sessões até o dia 15 para se fazer Sessão Extraordinária.

(Conversas paralelas)

Não admitimos essas acusações baratas, politiquieiras, porque se tivermos que votar em Sessões Extraordinárias não vamos receber jetons, porque não justifica e precisamos moralizar, sim o Poder Legislativo do Paraná.

Obrigado!

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, meu nome foi citado pelo ilustre Deputado que ocupava a Tribuna, Deputado Ovídio Constantino.

Quero apenas lembrar de que ontem, fiz um apelo, ilustre Deputado aos Partidos

de Oposição que se retiraram da votação, que se retiraram de votar as matérias de interesse do povo do Paraná, de que V. Exas. voltassem ao Plenário para votar a pauta de ontem, para que não houvesse necessidade de uma convocação extraordinária. Foi esta a minha posição. Está registrado nos anais da Casa.

Agora Vossa Excelência como se retirou também ontem, está se sentindo interessado numa convocação, mesmo que não queira receber...

(Vozes sobrepostas)

Gostaria de dizer, Deputado, Dr. Rosinha, a V. Exa. que se eu for convocado eu receberei os meus direitos que são os direitos das minhas prerrogativas, porque o dinheiro que recebo atendo assistência social, quando V. Exa. fala em assistência social, vocês não atendem ninguém...

(Vozes sobrepostas)

(Soam os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Deputado Dirceu Manfrinato que conclua a sua questão de ordem e que o Deputado Florisvaldo Fier não interfira na questão de ordem porque não cabe aparte em questão de ordem.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Fui citado, estou respondendo ao Deputado que citou meu nome. Fui muito objetivo ontem quando coloquei a questão da convocação. Agora na verdade se houver necessidade da convocação estarei presente para cumprir a minha função como Deputado, defendendo a integridade dos companheiros que aqui estão, não estão atrás para ouvir demagogia e notícias infundadas quando o PT prega.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, qual o artigo que foi levantada a questão de ordem, do regimento interno?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O mesmo que V. Exa. está utilizando neste momento.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, usarei do mesmo artigo sim, também fui citado pelo nobre Deputado, é o mesmo artigo do Regimento Interno, então faço a questão de ordem para dizer a V. Exa. e aos demais Deputados...

(Vozes sobrepostas)

... estou usando o mesmo artigo que V. Exa. usou do Regimento Interno, o mesmo, se V. Exa. não citou eu também me resguardo o direito de não citar.

Nós do PT nunca nos negamos a participar de Sessões Extraordinárias, independente de que dia e que hora fosse, e nunca recebemos os chamados jetons ou verbas de convocação, porque já temos resguardados

os direitos de receber representação, subsídios, assistência social, ressarcimento e entendemos que tal verba é imoral, não justifica convocação extraordinária, simplesmente para receber um jeton a mais como foi o que ocorreu no mês de julho passado, por isso a postura nossa é bem clara, se for necessário no período ordinário faremos tantas sessões extraordinárias quantas forem possíveis e necessárias, inclusive aos sábados e domingos e à noite, e se for necessário a convocação de sessão extraordinária é de única e exclusiva responsabilidade da bancada governista que está trocando esse jeton por apoio ao Senhor Governador.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra, no Horário das Lideranças, o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uso a Tribuna nesta tarde para esclarecer inclusive alguns pontos colocados ontem em relação a Sessão Plenária.

Quero deixar aqui bem claro que o PDT em momento algum descumpriu qualquer acordo feito a nível de lideranças.

Por que isto? Porque no momento em que as Lideranças da Casa tiveram o direito de sair da reunião de Lideranças com os projetos aprovados, com certeza não haveria necessidade da sua implantação na Ordem do Dia e apreciação pelo Plenário. Não acontece aqui o que acontece no Congresso Nacional.

Por isso, em momento algum, fugimos à qualquer acordo. Porque se nesta Casa tivéssemos que falar em descumprimento de acordo, nós citaríamos um Projeto de nossa autoria, que dizia a respeito das viagens do Governador e da comitiva ao exterior, exigindo que esta Casa tomasse conhecimento com antecipação do roteiro de viagem da comitiva que acompanharia, das despesas que seriam feitas e após estas viagens, a Casa seria informada destes compromissos. Este acordo foi feito. O Projeto votado em 1.<sup>a</sup> discussão. E depois, o Governo do Estado exigiu que sua Bancada de sustentação derrubasse o nosso Projeto, porque ele era contrário a este tipo de informação.

Por isso, em momento algum deixamos de cumprir qualquer acordo feito a nível de PDT. Não nos preocupamos em relação à convocação de período extraordinário. Porque, com certeza, os direitos que tivemos aqui dentro da Casa, nós usaremos. Se tivermos direito a receber qualquer convocação, nós usaremos. Agora, não faremos demagogia em cima disso. E a Bancada do PDT, nesta Casa, dá como testemunho e declara através da sua Liderança, de que se for preciso a Bancada do PDT assinar qualquer documento



dizendo que não quer a convocação de período extraordinário, estamos aqui para fazer este acordo. Mas, eu acho que este não é o momento. Acho que a questão demagógica tem que ficar de lado. Estas questões não podem ser imputadas num momento em que se faz um recurso de Plenário, onde se objetivou não discutir e não impedir qualquer atividade a nível de Governo do Estado.

O PDT tem votado, nesta Casa, em todos os Projetos de Suplementação Orçamentária do Governo do Estado. Jamais colocou qualquer impedimento à suplementação de qualquer Secretaria de Estado. Muito menos a Secretaria dos Transportes, aonde lá está o vice-Governador Mário Pereira, pelo qual tenho grande respeito e admiração. E isso, digo em meu nome. Reconheço as obras feitas pelo Governo do Estado. E tenho usado esta Tribuna, assim, como tenho usado para criticar, já usei desta Tribuna para defender aquilo que é feito pelo bem do Paraná.

Então, creio que esta é a postura que devemos adotar, nesta Casa. Qual era a preocupação que tínhamos, ontem? Era o deslocamento de fato em duas Mensagens de Suplementação que estão nesta Casa, tínhamos a preocupação em relação ao deslocamento de recursos do Programa Pró-Rural, BIRD e a Casa da Família, serem deslocados como suplementação para o gabinete do Secretário.

Isto colocávamos e colocamos, porquê? Porque sabemos da necessidade da continuidade do Programa Pró-Rural. Sabemos da necessidade da Casa da Família. Sabemos da necessidade urgente de apoio à agricultura do Estado do Paraná. Não posso negar que conheço obras do Governo do Estado, a exemplo da microbacia, que destaco como a grande obra. Não seria eu infante a ponto de chegar aqui e condenar porque vivo nesta região. Conheço de perto a realidade.

Mas, não podemos aceitar, em hipótese alguma, sermos aqui tachados, e que estávamos esvaziando o Plenário, como uma tentativa de fazer com que se convocassem sessões extraordinárias. Isto não é verdade, o PDT é favorável que até o dia 15 deste mês se façam tantas quantas Sessões Extraordinárias sejam necessárias, para que esvaziemos a pauta dos trabalhos até o dia 15. Agora, não queremos e não vamos aceitar em hipótese alguma esta tentativa de imputar na nossa responsabilidade qualquer ato dessa natureza. Nós estamos, e na semana retrasada o PDT também foi unânime em aprovar nesta Casa mais de 700 milhões de cruzeiros reais a suplementação de Secretarias.

No atual momento estamos dando apoio a grande parte dessas suplementações orçamentárias, mas quando fatos como esses

acontecem nas suplementações nós não podemos ter o receio de colocar para a opinião pública o que está sendo feito. E também sobre suplementação outro fato que nós colocamos como preocupação ontem, e que a sociedade precisa tomar conhecimento, que é a transferência de recursos da COPEL. Quando se pede a esta Casa a venda das ações da COPEL para investimento no setor energético, não podemos concordar e ficar de olhos e ouvidos fechados aceitando que se transfira verbas da COPEL para a Chefia da Casa Civil. Isto é o contraditório quando o Governo propõe a venda de ações da COPEL para investimentos em obras da COPEL; como também o PDT não se colocará favorável a essa venda das ações da COPEL com a tentativa de se desviar o dinheiro da COPEL e do sistema energético paranaense - e isso já dizemos desta tribuna para outras atividades diferentes daquela destinadas pela COPEL.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta é e será a postura do Partido Democrático Trabalhista nesta Casa, que tem feito um trabalho desta forma, jamais fazendo política eleitoral, e jamais obstruindo qualquer atividade que se planeje ser em prol do desenvolvimento e do progresso do Estado do Paraná.

Neste momento esta Casa está aprovando mais de três bilhões de cruzeiros reais de suplementações orçamentárias às Secretarias de Estado. E quando ontem cobravam a presença apenas do PDT e do PT nesta Casa, acho que está na hora de se cobrar a presença de quem acompanha a delegação do Governo do Estado às custas do dinheiro público, e com certeza o PDT não está fazendo parte desta caravana, e também não vota o PDT nesta Casa condicionado à liberação de Kombi, à liberação de ambulância, à liberação de qualquer benesse.

Cumpra o PDT nesta Casa o seu papel de Político em defesa dos interesses do Paraná e jamais será o PDT um Partido sectário, ou voltado apenas para o discurso na tentativa de obstruir aquilo que representa os interesses do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário das Lideranças. Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projetos de resolução em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, devidamente apoiados, constantes do expediente. À Diretoria Legislativa.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, junto a esses pedidos, es-

sas solicitações, está anexado um Regime de Urgência. Não sei qual seria a manifestação da Mesa com relação a esse pedido em virtude de estarmos entrando em recesso a semana que vem. Existem outros pedidos que foram aprovados em Regime de Urgência simplesmente para limpar a pauta.

Estou solicitando a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Após a numeração e no momento de se votar os Requerimentos, o assunto será tratado devidamente.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei nºs 616 e 679/93, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, com apoio dos Senhores Deputados Costenaro Neto e Arlindo Troian, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 715/93, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - É o item nº 3?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Exato.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Faço um apelo ao ilustre Deputado para registrar o requerimento pelo seguinte: acho que é de bom senso a inversão da Ordem do Dia porque exatamente o item 3 é um dos pontos mais polêmicos que poderá inclusive suscitar a queda da Sessão.

Então, acho que do ponto de vista do bom senso, seria importante manter a inversão da Ordem do Dia como está porque aí nós vamos ter as condições de avançar até o item 4º que é o item mais polêmico, que é a resistência da Oposição na sua votação, e se o Governo tiver condições, a Bancada do Governo de aprovar o projeto, muito bem, mas pelo menos nós não corremos o risco de derrubar a Sessão com este pedido de preferência, porque certamente haverá resistência por parte da Oposição nós aí perderíamos todos os demais restantes da pauta.

É possível então limpar a pauta até, com a inversão até o item 4º pelo menos, que são os itens mais polêmicos. O quarto, o terceiro, o segundo e primeiro, que são os mais polêmicos.

Então, faço um apelo para que o ilustre Deputado Costenaro retire esse ponto terceiro da preferência que aí nós vamos seguir normalmente. Caso contrário acho que será contraproducente e não será de bom-senso.

É o apelo que faço ao ilustre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Requerimento de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto, de preferência de votação para o item 3, Projeto nº 715/93. **Aprovado.**

De conformidade com os requerimentos acima aprovados, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 12

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 616/93, que reajusta a partir de 1º de outubro de 1993, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências, conforme específica. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 144/93, de 19.10.93).

#### ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 679/93, de autoria do Tribunal de Justiça - OF. 892/93, que reajusta a partir do dia 1º, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 3

##### VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 715/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 102/93, que aprova a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$

1.351.500,000,00 (hum bilhão, trezentos e cinquenta e um milhões, e quinhentos mil cruzeiros reais), conforme especifica (Secretaria de Estado dos Transportes). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..  
**Em votação.**

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Da tribuna, há pouco, dizíamos a respeito da nossa preocupação em relação ao referido projeto que objetiva cancelar recursos do Programa Pró-Rural e Casa da Família. Conhecemos a realidade da agricultura do Paraná e, como disse da tribuna, não podemos deixar de reconhecer o que já se fez em termos de agricultura, mas, quando se propõe a retirada de recursos desses Programas que são fundamentais sem aqui dizer que os programas da Secretaria do Transporte também não o são.

A nossa preocupação se prende ao fato de que nós estamos tentando cobrir alguém com cobertor curto: cobre a cabeça e os pés ficam de fora. E, nesse momento, não há nada mais preocupante a nível de um Estado essencialmente agrícola, que a prioridade desse Programa.

O PDT votará contra, não pelo fato da suplementação a esta Secretaria, muito menos por duvidar da integridade do Secretário Mário Pereira, mas, deixa registrada a sua preocupação em relação a essa transferência que, com certeza, não beneficiará a agricultura de um Estado Agrícola que somos, mas trará, com certeza, prejuízos futuros à agricultura do Estado do Paraná quando transfere 1 bilhão 351 mil e 500 cruzeiros reais à chefia de gabinete do Secretário. Isso representa 730 milhões de cruzeiros reais só da COHAPAR, do Programa de Habitação do Paraná, quando nós sabemos que um dos problemas sérios que vive o Estado e que vive o País é o programa de habitação.

O PDT votará contrário por estas razões e não por ser contrário à suplementação para a Secretaria dos Transportes, mas, pelo cancelamento de um programa de suma importância para o Estado que é o Programa Pró-Rural e a Casa da Família, deslocando mais de 730 milhões da COHAPAR para a Secretaria dos Transportes - Gabinete do Secretário.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) -

Nós também, da Bancada do PT, queremos encaminhar contrários. Inclusive, queríamos apelar à Liderança do Governo nesta Casa, que pelo menos se desse ao trabalho de convencer este Parlamento, especialmente a Oposição, de que a aplicação desses recursos é realmente prioritária para o Paraná.

Tenho visto máquinas do DER do Estado

do Paraná restaurando rodovias do Governo Federal. Não que eu ache que as rodovias não devam ser restauradas; mas o que me consta é que o Estado do Paraná não está tão bem assim financeiramente a ponto de se dar ao luxo de abrir mão da aplicação de recursos sociais para fazer conservação de rodovias federais. Não se sabe o volume que está sendo aplicado nesses tipos de obras. Quais as obras que estão sendo feitas? E realmente são prioritárias?

O que temos a impressão, com as últimas mensagens aprovadas por esta Casa e a resistência que temos com a aprovação desta suplementação, não é por que são apenas estas; mas porque tem vindo uma sucessão de suplementações, onde se está privilegiando o setor de transporte, o que contradiz o discurso original do Governo do Paraná.

Consta-me também que o "déficit" habitacional do Paraná não foi zerado. Consta-me também que o Paraná tem problemas com conservação de áreas agrícolas. Consta-me também que o Paraná tem problemas de saneamento ambiental muito sérios.

Quer dizer, como é que um Estado destes, que já não tem recursos para cobrir as demandas sociais, se preocupa agora em retirar recursos para alocar exatamente em programas de restauração e de construção de rodovias? E isto sem que haja um mínimo de transparência, de discussão e de esclarecimentos sobre os critérios para a aplicação destes recursos!

Aqui ninguém é ingênuo! Todos sabem que hoje a máquina dos transportes é a máquina que mais seduz apoios políticos pelo interior do Paraná. Qual o Prefeito que não quer ter uma rodovia recuperada, uma rodovia de acesso ao seu município?

Nós sabemos disso! E isto tem sido usado como moeda política, às custas de programas sociais.

Quero aqui registrar a impressão de que o Governo Requião acabou, a julgar pelas últimas medidas que vêm sendo propostas por este Governo; a eliminação do Fundo de Previdência que ele mesmo havia criado para evitar a bancarrota do Estado no futuro, hoje é aplicado em obras; vendas de ações de companhias do Paraná para aplicação em obras federais; suplementações tiradas de programas sociais para construção de rodovias, duplicações, pontes...

Quer dizer, o que nos parece é que acabou o Governo Requião! E começa agora o vale tudo, queimando os recursos do Estado apenas naquilo que for interessante do ponto de vista eleitoral. É o que parece! É um Governo que não está mais preocupado com o futuro do Paraná, com uma visão de estadista, pensando lá na frente, criando as bases, os alicerces para que tenhamos

uma sociedade, um Estado mais desenvolvido do ponto de vista econômico-social, porque o Estado desenvolvido do ponto de vista econômico-social é um estado que faz os alicerces, aqueles que muitas vezes não aparecem, que são os programas de educação, os programas de desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia, os programas de incentivo ao fomento econômico, os programas de habitação popular, de saneamento e que refletem diretamente na qualidade de vida de cada um dos cidadãos mais pobres deste Estado.

Quer dizer, é um governo que se propôs a isto, e que hoje vem contrariando o seu próprio discurso, pelo que se pode deduzir, de um conjunto de suplementações que estão sendo requeridas para aprovação desta Casa.

É isto que, no mínimo, exigimos. Exigimos uma explicação. Esse Governo sucumbiu ou não aos interesses eleitorais, aos interesses de construtoras, de empreiteiras, ou não? Este Governo abandonou o seu discurso social?

Esta é a indagação que se faz. Ou será que nós já temos um outro governo de fato?!

Por isto, sem a menor transparência, sem esclarecimentos, sem as satisfações que estamos exigindo por parte do governo, sobre o porquê dessas suplementações, feitas no apagar das luzes do ano legislativo, queimando as sobras do orçamento do Estado com esses programas rodoviários de conservação e recuperação de estradas federais, de construções e recuperação de estradas federais, de construções de pontes federais e duplicação de rodovias federais!

É isso o que nós queremos saber, se isso é prioridade no Estado do Paraná.

Isso é um debate político, fundamental que esta Casa deveria promover e o governo deveria se dignar a responder e a justificar ou não essas suspeitas gravíssimas que estão sendo levantadas sobre esse governo.

Essa é a questão fundamental, por isso senhor Presidente, nós queremos registrar em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, o nosso voto contrário a esse pedido de suplementação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessutí) - Em votação o Projeto de Lei nº 715/93. **Aprovado.**

Passaremos ao restante da matéria.

#### ITEM 01

#### VOTAÇÃO EM:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 669/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 086/93, que aprova a abertura de Crédito Suplementar no valor de CR\$

116.000.000,00 (cento e dezesseis milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da chefia do Poder Executivo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. Emenda de Plenário com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F..

#### EMENDA ADITIVA APOSTA AO PROJETO DE LEI Nº 669/93

#### P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 086/93, o Projeto de Lei nº 669/93, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 116.000.000,00 (cento e dezesseis milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo.

Da análise da referida Emenda, opinamos contrariamente, em razão da mesma ser inconstitucional, pois compete à Assembléia exclusivamente a autorização para abertura de crédito suplementar, e a destinação de recursos já é prevista no próprio pedido de autorização, escapando da competência da Assembléia demais alterações na matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

Apoiamento: Nelson Garcia, Costenaro Neto, Djalma de Almeida César, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Júlio Bifon, Colombino Grassano e Toti Colaço.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

#### EMENDA ADITIVA APOSTA AO

#### PROJETO DE LEI Nº 669/93

#### P A R E C E R:

O plano de lei de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 086/93, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 116.000.000,00 (cento e dezesseis milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo.

Observamos que a referida Emenda Aditiva, já mereceu parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, por ser inconstitucional.

No âmbito desta Comissão de Finanças, seguimos o mesmo entendimento que o da Comissão de Constituição e Justiça, emitindo nosso parecer contrário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.12.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NEREU ALVES DE MOURA - Relator

Apoiamento: Djalma de Almeida César, Élio Rusch e Júlio Bifon.

Em votação o projeto, ressalvada a Emenda.

A SRA. EMILIA BELINATI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Queremos encaminhar contrários à aprovação desta abertura de crédito, porque o governo do Estado está cancelando recursos da COPEL e encaminhando para a Casa Civil.

Hoje à tarde ouvimos o pronunciamento do Deputado Alborghetti, que mostrava a esta Casa a situação em que se encontra o IML de Londrina. O Instituto Médico Legal de Londrina não está em condições de funcionar e colocou muito bem aqui o Deputado, do estado precário em que se encontra o IML e o Comandante da Polícia Militar de Londrina, ao declarar na imprensa a situação em que se encontra, de sucateamento da Polícia Militar, do sistema de segurança pública no Estado do Paraná, foi punido pelo Senhor Governador com o afastamento da cidade de Londrina, por ter ido à imprensa e denunciado o estado precário da segurança pública na cidade de Londrina.

Vemos aqui hoje, um projeto de lei, item nº 3, que foi encaminhado pelo Deputado Ernani Pudell, pelo Deputado Paulo Maia, que o governo está repassando um bilhão e trezentos e cinquenta e um milhões para a Secretaria de Transporte e mais, no item 2, quatrocentos e dez milhões. Quase dois bilhões de cruzeiros para a Secretaria de Transportes no Estado do Paraná.

Então fica aqui o questionamento: será que não seria a hora de o governador do Estado, resolver a questão do IML de Londrina, a questão da segurança pública do Estado do Paraná, a questão da educação do Estado do Paraná, a questão da criança e do adolescente que está no Estado do Paraná em estado de abandono?

Encaminhamos contrários à aprovação, e entendemos que o encaminhamento desses recursos à Casa Civil servirá para uso político. O destino desse dinheiro será para uso político, enquanto o Instituto Médico Legal de Londrina e a questão da segurança pública do Paraná está um caos e não dá para continuar como está.

Encaminhamos contrários. Voto contrário da Bancada do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o projeto.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Para encaminhar contrário.

É de lamentar que no momento em que foram apresentadas nesta Casa provas de que verbas saídas da Casa Civil, pretensamente para apoio a entidades assistenciais, se transformassem em cheques na mão de ex-Deputados e fossem parar, não na conta da entidade, mas no bolso de alguns. Quando esta denúncia fica comprovada, pedimos esclarecimentos.

Esclarecimentos não vieram. Como será que são aplicados estes 116 milhões? Será que continua a prática daqueles que servem

ao senhor do Palácio, poderão depois ir lá buscar o chequinho? Fora a suplementação que foi aprovada recentemente.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, indago a Vossa Excelência quantos Parlamentares podem encaminhar a votação, quando o projeto está em processo de votação, a favor ou contra o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Este projeto temos dois inscritos para encaminhar a votação, a Deputada Emilia e o Deputado Ernani Pudell.

Continua com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Há poucos dias também nós já batemos na mesma tecla: 220 milhões de cruzeiros à Casa Civil, para aplicação em programas sociais. Este aqui não difere, programas e ações de natureza social e cultural, cancelando recursos de investimentos para produção e distribuição de energia elétrica.

Interessante que nestes dias o Presidente da COPEL aqui nos corredores dizia que precisaríamos aprovar a venda das ações porque o sistema da distribuição está sucateado, está deficiente. Mas aqui, mais uma vez, se tira recursos do setor de distribuição de energia para verbas cuja aplicação tem sido objeto de pesadas denúncias, graves, e concretos indícios de desvio da finalidade. É preciso que este Poder tome conhecimento da responsabilidade e do momento histórico que estamos atravessando.

A sociedade vai cobrar, com juros e correção monetária, esta cegueira que insiste em atingir o Parlamento do Paraná neste momento em que uma verdadeira revolução democrática, ética, está se estabelecendo no País. O Poder Legislativo do Paraná aprova uma suplementação desta natureza quando há dúvidas cruéis sobre a aplicação deste dinheiro.

Quero aqui registrar, em nome da bancada do PT também, a nossa discordância com relação à suplementação do item 01 da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o projeto 669/93, ressalvada a emenda. **Aprovado.**

O SR. ERNANI PUDELL - Com votos contrários dos Deputados das Bancadas do PT e do PDT, e do Deputado Mário Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registro voto contrário dos Deputados Paulo Maia, Emilia Belinati, Ovídio Constantino, Ernani Pudell, Florisvaldo Fier, Mário Bezerra e Luiz Carlos Albor-

ghetti.

Está em votação a Emenda de Plenário, com parecer contrário da C.C.J. e Comissão de Finanças.

Rejeitada.

O SR. ERNANI PUDELL - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa procederá a verificação de votação. (É feita a verificação de votação).

Sete (07) Deputados aprovam a Emenda.

Os Srs. Deputados que forem contrários queiram levantar-se. Vinte e sete (27) Deputados são contrários.

Está rejeitada a Emenda.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, essa é Emenda que pedia ao Governo, onde ele ia aplicar os recursos?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - É essa e está publicada no avulso.

ITEM 2

2.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 698/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 097/93, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 410.335.286,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Emenda de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA ADITIVA Nº 01

PROJETO DE LEI Nº 698/93

P A R E C E R:

A Emenda Aditiva nº 01 de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, ao Projeto de Lei nº 698/93, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 410.335.286,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

O Projeto foi aprovado em 1.ª discussão e a emenda nº 01, foi apresentada dentro da forma e prazo regimental.

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

Apoiamento: Toti Colaço, Arlindo Troian, Júlio Bifon, Oswaldo Trevi-  
san, Alceu Swarowski, Emilia  
Belinati, Ernani Pudell, Cos-  
tenaro Neto e Paulo Maia.

Em votação o Projeto, ressaltada a Emenda.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, só faço uso da palavra para discordar dessas remessas de última hora, desses procedimentos governamentais. Concordo com os pronunciamentos dos Deputados de Oposição que me antecederam. Gostaria de deixar bem claro que o Governo com esse procedimento busca diminuir os prejuízos políticos eleitoral para o ano que vem.

Só acho estranho que determinados procedimentos nessa área - que é cancelamento de dotações para suplementar determinadas Secretarias de Estado - vem justamente favorecer determinados Secretários de Estado que são candidatos a Deputado. Acho uma incoerência que Deputados da Bancada do Governo, que tanto criticam o Secretário de Estado de manipulação de recursos, votem favoravelmente à suplementação, cancelando dotações, justamente para promover os ditos Secretários, candidatos a Deputados...

Deputado Adur, gostaria de ter a palavra, acho que para tudo tem sua hora, fiquei em silêncio, o Presidente deixou-me falar no momento anterior, e gostaria de concluir meu pensamento.

Então, Sr. Presidente, acho incoerente que determinados procedimentos do Governo remetidos a essa Casa cancelando dotações da área social - importantíssimo para o povo do Paraná - e favorecer determinadas Secretarias e órgãos do Governo, tenham beneplácitos de Deputados que vão à imprensa criticar aquilo que determinados Secretários fazem buscando aliciar votos. O que o Governo faz com os Prefeitos do interior, Sr. Presidente, é uma barbaridade o que esse homem faz...

SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela Ordem, com a palavra, o Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, causa do objeto, o Deputado Bezerra, com todo respeito, está fugindo.

Estamos encaminhando Projetos de suplementação do DER, Sr. Presidente, com todo respeito, acho que não justifica...

(conversas paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Sr. Deputado Mário Bezerra que aguarde pronunciamento do Deputado Renato Adur em questão de ordem.

Esta Presidência solicita ao Deputado Mário Bezerra que se atenha ao encaminhamento de votação do Projeto de Lei 698/93. A palavra lhe é concedida para encaminhar a votação.

O SR. MÁRIO BEZERRA - A Oposição é preju-

dicada sistematicamente pela Bancada do Governo, que coloca as suas prerrogativas como se fossem singulares... Não aceitamos esse tipo de atitude pela Assembléia Legislativa...

O SR. PAULO MAIA (Questão de Ordem) - Sr. Presidente, o Deputado Mário Bezerra pediu para encaminhar o projeto, agora, queremos deixar registrado aqui, até em nome da Bancada do PDT que, de fato, a Mesa Executiva deve dar o mesmo tratamento às Oposições que representam minoria, o mesmo tratamento que tem dispensado nesta Casa.

Em momento algum fizemos qualquer pronunciamento a esse respeito, mas o fato se repete a cada sessão, e a Oposição sempre é discriminada com tratamentos diferenciados pela Mesa, e queremos deixar registrado a nossa Questão de Ordem, pedindo à Mesa que proceda o mesmo tratamento, quanto aos Horários de Pequeno Expediente, Grande Expediente e Horário de Lideranças; e também aos apartes de encaminhamento das Oposições na Casa.

Essa é minha questão de Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Questão de Ordem de V.Exa. é totalmente infundada, inoportuna, e neste momento demagógica, porque esta Presidência está, nesse momento discriminando talvez a autoridade do Presidente, lhe concedendo a palavra pela Ordem, sem citar artigo do Regimento.

A palavra continua com o Deputado Mário Bezerra para encaminhamento de votação do Projeto 698 com os descontos necessários.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Agradeço, Sr. Presidente. Sempre fui um Deputado democrata. Aceitamos as críticas do Governo com relação aos posicionamentos da Oposição. Mas infelizmente, temos um sensor político que se chama, infelizmente, com todo respeito, Deputado Renato Adur, que quer a todo custo censurar a fala e proibir que a Oposição se coloque como uma parcela dos Parlamentares do Paraná que não concordam com as ilegalidades, com os assuntos promovidos pelo Governo Roberto Requião.

Já que estou derivando para um determinado aspecto político, quero dizer ao Deputado Renato Adur que infelizmente determinados requerimentos do Deputado Mário Bezerra, de Oposição, aprovados até em Plenário, não seguem o seu trâmite normal ao Governo. Tenho que ficar em cima, e o último deles, aprovado em 20 de outubro...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa já advertiu ao Deputado Mário Bezerra que se atenha ao encaminhamento com

votação do Projeto de Lei...

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, o Senhor me perdoe, há momentos em que o coração fala mais alto que a razão, e o bom-senso deve prevalecer acima daquilo que reza a Cartilha-Mor da Assembléia, que é o Regimento Interno.

Requerimento meu, pedido de informações à Secretaria de Segurança sobre o caso do superfaturamento dos helicópteros, aprovado em Plenário, até ontem não tinha sido remetido ao Governo do Estado, para que se remetesse antes do recesso, as informações necessárias para a Assembléia Legislativa. Tive que fazer uma pesquisa em determinados órgãos da Assembléia, e descobri que nem o carimbo de aprovado no meu requerimento havia sido colocado.

É uma denúncia que faço aos Deputados da Situação. A Oposição infelizmente não tem voz, tem voz algumas vezes, mas não tem vez.

Sr. Presidente, me perdoe o desabafo, mas essa é a grande verdade.

Esses procedimentos de transferência de recursos de determinados órgãos do Governo é simplesmente para se promover um festival o ano que vem em todos os pequenos municípios do Paraná, com distribuição de dinheiro, de recursos, fazer a campanha eleitoral, porque hoje, o governo Roberto Requião vai mal, muito mal, então tem que promover esse festival de suplementações, cancelando dotações sociais para poder fazer política o ano que vem.

Nós da Oposição até compreendemos as posições favoráveis dos Srs. Parlamentares do Governo, porque com esse dinheiro, Vs. Exas. também com essas verbas, esses recursos que serão destinados aos pequenos municípios, estarão fazendo a campanha de vocês, mas não podemos aprovar essas suplementações conforme disse o Deputado Pudell, cegamente, sem saber onde vai se investir.

De jeito nenhum, protestamos e votamos contrário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto 698/93, ressalvada a Emenda de Plenário.

Os Srs. Deputados que aprovam permanecem como estão. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Está em votação a Emenda de Plenário com parecer favorável da C.C.J..

Os Srs. Deputados que aprovam a Emenda, permaneçam como estão. **Está rejeitada a Emenda.**

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº



716/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 108/93, que aprova abertura de Crédito Suplementar no valor de CR\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Chefia do Poder Executivo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

**Em votação.**

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este projeto se prende à mesma questão tratada num dos itens anteriores, onde aqui se vê que hoje se desloca para a Casa Civil, não apenas 116 milhões de cruzeiros reais, mas sim 138 milhões de cruzeiros reais e queremos aproveitar e, inclusive, fazer uma sugestão à Bancada de sustentação do Governo na Casa: que apresente - porque não vimos neste rol de mais de quatro bilhões de cruzeiros reais aprovados nas últimas semanas - projetos de suplementações que dêem segurança à Secretaria de Segurança do Estado do Paraná.

Já vimos e ouvimos aqui nesta Casa, pronunciamentos diversos, inclusive de Deputados que dão sustentação ao Governo na Casa, dizendo da insegurança que vivem os seus municípios.

Quando o Deputado Alborghetti levanta hoje daquela tribuna a realidade do IML de Londrina, não estamos vendo aqui também nenhuma suplementação para a Secretaria de Segurança que dê a Londrina, a segunda maior cidade do Paraná, terceira maior cidade do Sul do País, melhores condições de segurança.

Agora o Deputado Alborghetti reclama de uma câmara fria que fica naquele jogo de leva e traz e estamos vendo o deslocamento de 138 milhões para a Secretaria Política do Governo Roberto Requião. Isso é que nos deixa preocupados, não apenas o fato de sermos contra a questão de suplementações, mas é um fato de que não vemos contemplado aqui, deslocamento de recursos para a área de segurança, que hoje está um problema sério a nível de Paraná.

Ontem vimos a fuga da cadeia de Arapongas. Estamos vendo reclamações nas cidades por onde passamos, agora afirmam muito bem, Deputados que nos antecederam dizendo que o Governo está fazendo política. Acho que o Governo deve fazer política com essas suplementações orçamentárias, se quer atingir os seus objetivos políticos - obviamente que é função do Governo fazer isso - mas que neste momento, onde se aprova hoje para a Secretaria dos Transportes quase dois bilhões de cruzeiros reais, não se discriminem alguns Prefeitos do Estado do Paraná, que vêm sendo pressionados, que vêm sendo colocados numa categoria de Prefeitos lá em baixo, porque não se curvaram às pressões do Governo.

Que o atendimento se dê da mesma forma, e podemos dizer isso aqui com muita tranquilidade, com relação a alguns Prefeitos do PDT que vêm sendo discriminados a nível de Estado do Paraná, que com toda essa suplementação de dinheiro, se o Governo quer fazer a sua política que faça, acho que é dever dele apresentar seus programas e procurar fazer as suas políticas, mas que não discrimine Prefeito, que representa uma comunidade, que representa uma região, como hoje a gente recebe a cada instante denúncias de Prefeitos que vêm sendo discriminados a nível de Secretarias, a nível de Governo do Estado, porque aqui mais uma vez, nesse projeto 716 se desloca, se cancela recursos da COPEL, mais uma vez se desloca 22 milhões de cruzeiros reais da COPEL para a Secretaria Política do Governo do Paraná, que é a Casa Civil.

Por isso estamos hoje deslocando de obras indispensáveis ao Governo do Paraná, mais de 138 milhões para a Secretaria Política e hoje estamos aprovando - e o Paraná precisa saber desses números - estamos aprovando só nesta semana, CR\$ 3.342.796.366,00.

Estamos colocando essas preocupações mais uma vez aqui em nome do PDT, não procurando inviabilizar os trabalhos e os programas do Governo do Paraná, mas alertando sobre a desnecessidade da transferência de recursos de programas importantes, a exemplo do sistema energético, a exemplo da COPEL, quando o seu Presidente veio a esta Casa e disse que a rede de transmissão da COPEL hoje está sucateada, estamos deslocando recursos consideráveis da COPEL para outros setores.

Isto é preocupante, por que não se deslocou parte destes recursos, de mais de 3 bilhões de cruzeiros, por que não se deslocou, pelo menos, os 342 milhões para a Secretaria de Segurança?

E não estamos vendo, também, em momento algum, nenhum projeto de suplementação para melhorar as condições de salário dos funcionários públicos, também.

Então, isto tem que ficar claro. Estamos aí, inclusive estou pegando para relatar a proposta de reajuste dos funcionários públicos do Estado, com 70% para o mês de janeiro. Quem vai pagar a inflação e a correção dos salários destes servidores no mês de dezembro?

Esta é a realidade. É por isso que nós, do PDT, estamos protestando por algumas suplementações e cancelamentos de obras e setores importantíssimos do Governo do Estado. E ouvimos a cada instante, pronunciamentos de que determinados setores estão sucateados.

A COPEL está sucateada. Está pedindo a venda das ações. Mas, está-se transferindo

dinheiro da COPEL para se fazer a política da Casa Civil. E isso nós temos que deixar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Com relação a este procedimento que o Governo costumeiramente faz em final de ano, que é cancelado dotações e suplementando determinados órgãos vinculados a ele é a comprovação cabal de que ele falseia, falta com a verdade quando remete a esta Casa, inclusive, o Plano Plurianual. Ali está o programa daonde ele vai fazer os investimentos. E falseia, também, quando remete à Assembléia a Lei Orçamentária.

Nós, em aprovando determinadas mensagens deste nível, estamos endossando a falsidade do Governo com relação à Assembléia Legislativa. Fazemos até papel de palhaços perante o Poder Executivo, porque final de ano é uma luta terrível quando se remete o Plano Plurianual, os Deputados querem participar, inclusive com sugestões! E quando chega o final do ano, o Governo deixa de investir os recursos que foram destinados a determinadas áreas para simplesmente fazer política!

Esta é grande verdade, Senhor Presidente e Senhores Deputados! O Governo faz da Assembléia Legislativa "gato e sapato". Infelizmente, ele faz isto. E nós, infelizmente, temos que assistir sentados ele promover este verdadeiro festival de verbas públicas para poder ganhar a eleição do ano que vem, porque, se assim não fizer, vai passar vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Projeto. **Aprovado.**

#### ITEM 05

##### VOTAÇÃO EM:

1.ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 717/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 104/93, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 9.624.000,00 (nove milhões, seiscentos e vinte e quatro mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Colégio Estadual do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

#### ITEM 06

##### VOTAÇÃO EM:

1.ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 718/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 107/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 15.000.000,00 (quinze milhões, de cruzeiros reais), conforme específica. (Secretaria de Estado do Desenvolvimento

Curitiba, quarta, em 08.12.93

Urbano). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Registre-se o voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrados os votos contrários do PT e do Deputado Mário Bezerra.

#### ITEM 07

##### VOTAÇÃO EM:

1.ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 719/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 105/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 970.000.000,00 (novecentos e setenta milhões de cruzeiros reais), conforme específica. (Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

#### ITEM 08

##### VOTAÇÃO EM:

1.ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 721/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 109/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 209.937.080,00 (duzentos e nove milhões, novecentos e trinta e sete mil e oitenta cruzeiros reais), conforme específica. (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

#### ITEM 09

##### VOTAÇÃO EM:

1.ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 722/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 111/93, que aprova a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 110.000.000,00 (cento e dez milhões de cruzeiros reais), conforme específica. (Fundação de Ação Social do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

#### ITEM 10

##### VOTAÇÃO EM:

1.ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 723/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 110/93, que aprova a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 125.400.000,00 (cento e vinte e cinco milhões e quatrocentos mil cruzeiros reais), conforme específica. (Secretaria de Estado da Agricultura). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Registre-se o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devi-

ITEM 11

VOTAÇÃO EM:

1.º DISCUSSÃO do Projeto de Lei n.º 724/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 106/93, que aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de CR\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), conforme específica. (Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a votação da Ordem do Dia.

Esta Presidência registra com satisfação a presença neste Plenário do Prefeito de Ivaiporã, Melves Moquete e do Vereador, também daquele município, Antônio Vilela Real.

Sobre a mesa, requerimento de n.º 4909, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, com apoio do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 4878, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Em votação.**

O SR. NEIVO BERARDIN (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A lei dos "royalties" ecológicos é uma lei debatida, discutida com essa Casa e com o Poder Executivo do Estado do Paraná. A lei dos "royalties" ecológicos é uma lei que vem dando ao Brasil inteiro. Aliás, como Deputado do Paraná e autor dessa lei fui convidado para falar sobre ela em alguns Estados brasileiros, senão os mais importantes: Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás.

Enfim, o Estado do Paraná vem sendo elogiado até mesmo pelo Ministro do Meio Ambiente, que nesta semana numa edição do jornal "Estado de São Paulo" cumprimentou o Estado do Paraná por ter essa iniciativa dos royalties ecológicos.

Surge agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma idéia que seria de dar parte deste dinheiro dos 5% da lei dos "royalties" para os municípios que têm o programa de micro-bacias.

Tomei o cuidado de consultar a Secretaria do Meio Ambiente do Estado para saber a viabilidade técnica em repassar esses recursos a esses Municípios que têm bacia de abastecimento. No entanto, o IAPA não considera esse setor como setor de preservação, e sim de exploração.

Requeiro aos Srs. Deputados que tenha-

mos um pouco de paciência, e reprovando esse devido requerimento, de urgência, porque afinal a idéia surgiu ontem. Não se pode em dois dias querer discutir uma lei de tamanha importância para o Estado do Paraná, até porque os índices do ano que vem já foram analisados e discutidos.

Sr. Presidente, a idéia é de que a Casa não precise analisar uma lei em vinte e quatro horas, até porque há outras leis, inúmeras leis importantes que não estão recebendo este tratamento prioritário, urgente, como é o caso desta lei agora. Teríamos que discutir nas Comissões. Este é um projeto que sequer tem a parte constitucional legal, porque o artigo 132 da Constituição do Estado diz claramente que não contempla área de bacias...

Sr. Presidente, acho que não estou sendo devidamente escutado e coloco ao Líder do Governo, enfim, aos Deputados que ainda se encontram no Plenário que votem.

De qualquer maneira espero que esta proposição tenha o trâmite legal, que passe por todas as Comissões, a fim de que todos possam opinar sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência pede a compreensão do Plenário ao encaminhamento que fez o Deputado Neivo Berardin, e antes de colocar o Requerimento do mesmo em votação, pede a compreensão do Plenário para votar, antes deste Requerimento, o de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti a dispensa de Redação Final para os projetos que não sofreram emendas na sua tramitação. **Aprovado.**

Requerimento de n.º 4888, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Agora sim, em votação Requerimento de autoria do Deputado Mário Bezerra, Presidente da Comissão de Fiscalização, Regime de Urgência ao Projeto 725/93, devidamente encaminhado pelo Deputado Neivo Berardin.

Em votação Requerimento de regime de urgência.

O SR. NEIVO BERARDIN - Peço Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. ADEMAR TRAIANO - Chamada Nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Mesa defere e fará a verificação de votação, com chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (João Preis) - (Procede à chamada nominal dos Senhores De-

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Responderam à chamada nominal 14 (quatorze) Srs. Deputados. Não há quórum para votação e nem para prosseguimento da Sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira dia 09, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 039/93.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 324, 572, 655, 667, 715, 716, 717, 718, 719, 721, 722, 723 e 724/93.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 226, 274, 319, 401, 442, 464, 502, 551, 581, 631, 642, 643, 663, 699/93.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.ª LEGISLATURA - 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 29.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Nelson Garcia, Oswaldo Trevisan, Alceu Swarowski, Toti Colaço, Nilton Barbosa, Mário Bezerra, José Artur Ritti, Colombino Grassano, Paulo Maia, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Antonio Costenaro Neto, João Iensen e mais o Deputado Djalma de Almeida César. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, passando em seguida à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 655/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço. O Deputado Mário Bezerra sugere que seja solicitado que o presente Projeto de Lei passe pela Comissão de Fiscalização. O Senhor Presidente lamenta não poder atender porque não tem poder regimental para isso, devendo o Requerente encaminhar seu pedido ao Presidente da Casa. O Deputado Colombino Grassano diz que o Projeto merecia mais tempo para análise e vota com o Relator. O Deputado Nilton Barbosa é favorável e guarda o seu direito de apresentar Emendas no Plenário. O Deputado Paulo Maia vota contra, devido a precipitação ocorrida. O Deputado Alceu Swarowski registra seu voto favorável com ressalva de apresentar Emendas em

Curitiba, quarta, em 08.12.93

Plenário. A Deputada Emilia Belinati observa que foi aprovado um projeto de lei que transferia valores da COPEL para a Casa Civil (Crédito Suplementar) - APROVADO com voto contrário dos Deputados Paulo Maia, Emilia Belinati e Ernani Pudell; 2) Denúncia oferecida pelos Senhores Magistrados contra o Senhor Governador Roberto Requião. O Deputado Relator, Oswaldo Trevisan fez a leitura do seu parecer, pela inadmissibilidade, bem como o seu arquivamento. O Deputado Ernani Pudell registra seu voto contrário por duas razões: Primeiro, ratificando a sua arguição de que o Relator estaria impedido. Segundo, pela flagrante inconstitucionalidade, por não caber a essa Comissão apurar sobre a admissibilidade ou não (Lei Federal nº 1079/50) e que não foi observado pela Casa, onde deveria constituir uma Comissão Especial. O Senhor Presidente esclarece que cabe a essa Comissão de Justiça se manifestar, pois a referida matéria foi encaminhada pelo Presidente da Casa à comissão. O Deputado Mário Bezerra apresenta voto em separado do Deputado Dalton Machuca, onde também faz menção à Lei Federal. O Deputado Colombino Grassano também apresenta seu voto em separado, onde menciona o artigo 83 do Regimento Interno e a já referida Lei Federal. O voto do Senhor Relator, além de ser pelo não recebimento da denúncia, sugere o arquivamento da matéria pela Comissão de Justiça. O Presidente esclarece que regimentalmente essa Comissão não tem poderes para arquivar matéria sob sua apreciação, cabendo esse procedimento ao Presidente da Casa ou ao Plenário. Antes da Votação do parecer do Senhor Relator, o Deputado Mário Bezerra apresenta sugestão para que seja excluída do parecer a expressão "pelo seu arquivamento". A sugestão foi aceita pelo Deputado Oswaldo Trevisan que, do próprio punho, a suprimiu do seu parecer. Em seguida, o parecer contrário do Deputado Oswaldo Trevisan foi submetido a votos e aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.ª LEGISLATURA - 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 30.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Toti Colaço, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Dalton Machuca, Alceu Swarowski, Emilia Belinati, Nel-

son Garcia. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, passando em seguida à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 616/93 do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 700/93 do Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 570/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 401/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 674/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 664/93 do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 643/93 do Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia. APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 701/93 do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 692/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 551/93 do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 695/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; O Deputado Colombino Grassano registra em ata o louvável comportamento do Senhor Diretor da Imprensa Oficial, onde encaminhou em resposta todos os elementos que esse Deputado havia solicitado e sem demora; 12) Projeto de Lei nº 687/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 685/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 647/93 do Deputado Neiyo Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 663/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 703/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 691/93 do Deputado Valderi Vilela. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 688/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 699/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 690/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 704/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski

- APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 682/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 668/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 696/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 25) Proposição Veto nº 090/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 417/93, do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 26) Proposição Veto nº 087/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 419/93 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 27) Proposição Veto nº 086/93, do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 273/93 do Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 28) Projeto de Lei Complementar nº 407/92 do Deputado Albino Corazza Neto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 642/93 do Deputado Paulo Maia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 30) Proposição Veto nº 088/93 do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 420/93 do Deputado Nilton Barbosa. O Deputado Relator Dalton Machuca requer diligência. DEFERIDO; 31) Projeto de Lei nº 698/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 32) Projeto de Resolução nº 023/93 do Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 589/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Oswaldo Trevisan - APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 689/93 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 599/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 350/93 do Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 37) Projeto de Lei nº 641/93 do Deputado Djalma Cesar. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 274/93 do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Costenaro Neto - APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 405/93 do Deputado Luiz Antônio Setti. Parecer REJEITADO, será designado novo relator; 40) Projeto de Lei nº 578/93 do Deputado Namir Piacentini. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 697/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 13.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões e Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Nilton Barbosa, Alceu Swarowski, Toti Colaço, Colombino Grassano, Arlindo Troian, Antônio Costenaro Neto, Nelson Garcia, Júlio Bifon, Djalma de Almeida César e Oswaldo Trevisan. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 669/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 2) Projeto de Lei n° 712/93 do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 3) Projeto de Lei n° 721/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO. 4) Projeto de Lei n° 723/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 5) Projeto de Lei n° 717/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Júlio Bifon - APROVADO; 6) Projeto de Lei n° 719/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 7) Projeto de Lei n° 724/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 8) Projeto de Lei n° 722/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 9) Projeto de Lei n° 718/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro Neto - APROVADO; 10) Projeto de Lei n° 716/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 715/93, do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO. O Senhor Presidente pede escusas ao Deputado Colombino Grassano, uma vez que essa reunião extraordinária havia sido

convocada para apreciar somente um projeto. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 18.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de hum mil, novecentos e noventa e três, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, presidida pelo Senhor Deputado Namir Piacentini. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 319/93, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto. Relator: Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 414/93, de autoria do Deputado João Preis. Relator: Deputado Luiz Henrique Bona Tuxra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 442/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Relator: Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 464/93, de autoria do Deputado Severino Félix. Relator: Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 609/93, de autoria do Deputado Ovídio Constantino. Relator: Deputado Luiz Henrique Bona Tuxra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei n° 699/93 - Mensagem n° 98/93, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado José Alves. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei n° 700/93, de autoria do Deputado João Preis. Relator: Deputado José Alves. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Cynthia Natal Tanus, Secretária da Comissão.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
Cynthia Natal Tanus - Secretária